

# Chileno prega mudanças na Previdência

SÔNIA ARARIPE

O Brasil está indo no caminho certo para reduzir as distorções causadas na economia por anos de hiperinflação e poucos ajustes. Mas seria importantíssimo começar logo a implementar uma profunda reforma previdenciária, baseada no regime de capitalização e não apenas no de repartição simples, como funciona hoje. Um modelo parecido com o adotado no Chile na década de 80.

"Vocês têm ótimas condições para adotar este moderno sistema. O mercado de capitais é bastante moderno, com avançados instrumentos de captação. O Leste europeu, por exemplo, não conta com um mercado financeiro como o brasileiro. Lá é bem mais difícil fazer uma reforma", avalia o economista Patricio Arrau, ex-assessor do Ministério da Fazenda do Chile, de 1991 a 1994, hoje consultor privado, considerado um dos principais especialistas no modelo previdenciário chileno.

Ele é um dos convidados do 12º Congresso Internacional da Federação Ibero-americana de Associações Financeiras, que acontece hoje e amanhã no Hotel Copacabana Palace, organizado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima). "Queremos ver o que podemos aprender do modelo chileno", disse Concetto Mazzarella, presidente da Fiba-

fin e da Andima.

**Economia informal** — Patricio Arrau acredita que a adoção de um sistema como o chileno poderia ser feita sem grandes traumas no Brasil. "Sei que há adversários. Mas aposto muito mais nas vantagens do programa do que nas desvantagens. Há quem lembre do forte peso da economia informal brasileira. Mas que tipo de proteção existe hoje para esses trabalhadores?" — lembrou.

Na lista positiva, o economista chileno, com doutorado pela Universidade da Pensilvânia (EUA), citou o grande desenvolvimento do mercado de capitais, que acaba se refletindo em toda a economia. Assim como o caráter democrático de que cada trabalhador pode escolher seu próprio fundo.

No ano passado, por conta da queda da bolsa de valores chilena e devido à grande disputa entre os fundos para conquistar os trabalhadores, houve queda de 2,5% na rentabilidade do sistema, hoje dono de um patrimônio de US\$ 26 bilhões. Desde 1981, quando a reforma foi implementada, esta foi a primeira desvalorização. "Importante é que, no período, a rentabilidade acumulada é de 12,88% real."

**Custo administrativo** — Ao todo, contribuem hoje no Chile cinco milhões de contribuintes, o que corresponde a 80% da força produtiva. Patricio Arrau admite que há algumas desvantagens como o alto custo comercial gerado por conta da competição cada vez mais feroz entre os administradores. Estes custos chegam hoje a 50% das despesas de cada fundo.

Para diminuir esse verdadeiro troca-troca, está para ser encaminhado ao Congresso um projeto de lei sugerindo que seja criado um incentivo para quem ficar mais tempo em um entidade de previdência e seja criada a obrigatoriedade de ficar, no mínimo, um ano como contribuinte do fundo. "São ajustes necessários para um modelo que já provou ser bem-sucedido", afirmou Arrau, que não vê problemas com a difícil implementação da reforma previdenciária na Argentina e no Peru.

O ex-assessor do Ministério da Fazenda do Chile também não concorda com as previsões pessimistas de alguns economistas de que possa vir a existir problemas de falta de pagamento no Chile, quando os resgates forem maiores, dentro de 10 ou 15 anos. "Risco existe em todo sistema. Mas no de repartição simples, como o brasileiro, é muito maior. Sofreu muito, por exemplo, com a alta inflação."

□ O economista americano Thomas Sargent, da Universidade de Chicago, afirmou, ontem, que para o Brasil controlar de vez a inflação é preciso ter uma política fiscal e monetária muito bem definida. E que não basta apenas a ação firme do Banco Central e dos ministros da área econômica, mas acima de tudo é necessária a intenção política do presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele fará palestra hoje no 12º Congresso Internacional da Fibafin. Sargent lembrou que o Brasil não é o único a ter problemas. "Nós, americanos também temos graves distorções na área de saúde e previdência."